

emprestimo de US\$ 3,8 bilhões obtidos há pouco tempo pelo México. Mas admitiu que uma renegociação com reescalonamento maior da dívida, sem dúvida, poderá ampliar as possibilidades brasileiras.

Ainda segundo a fonte norte-americana, a elevação de 6,6% para 7% na taxa de juros cobrada pelo Fundo Monetário Internacional em seus empréstimos é insignificante, resultando num impacto pequeno. Lembrou que essa é a menor taxa que existe, porque o Banco Mundial cobra taxa anual em torno de 10%. Quanto aos bancos privados, ela pode alcançar até 16%, somando *libor, spread e comissões adicionais*.

Ainda de acordo com essa fonte, o Brasil já deve ao FMI exatamente US\$ 2,85 bilhões, de recursos desembolsados a partir do ano passado. O empréstimo pelo qual foi exigido o programa de ajustamento totaliza US\$ 4,6 bilhões, dos quais US\$ 1,8 bilhão será liberado este ano. O Brasil terá de 3,5 a 10 anos para pagar o empréstimo, a partir da conclusão do programa de austeridade que o órgão exige, marcado para fevereiro de 1986.

Brasil espera muito mais

O chefe da área internacional do Ministério da Fazenda, Tarcisio Marciano da Rocha, disse ontem que a afirmação do banqueiro William Rhodes, de que o Brasil poderá obter as mesmas condições de negociação do México, não exclui a possibilidade de que o Brasil na verdade venha a obter condições até melhores.

Marciano da Rocha considerou uma manifestação simpática a afirmação de Rhodes, que chefia o comitê de bancos credores que trata de renegociar a dívida brasileira. Fonte financeira de Washington disse por telefone que, sem dúvida, o Brasil obterá melhores condições, lembrando que no ano passado as condições para México e Brasil foram idênticas, em termos de *spread* (taxa de risco) e comissões adicionais.

Para essa fonte, o que Rhodes quis dizer exatamente é que, quando o Brasil voltar ao mercado financeiro em busca de recursos novos, terá as mesmas condições do